



**RELATÓRIO DE MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL DO FUNDO DE PENSÃO MULTINSTITUÍDO
POR ASSOCIAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA - JUSPREV
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015**

1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Em atendimento ao artigo 6º, § 3º do Regulamento anexo da RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01 de outubro de 2004, e ao item 4.4 da política de Investimentos para 2015, aprovada pelo Conselho deliberativo em 15 de dezembro de 2014, este Conselho Fiscal reunido em 31 de agosto de 2015, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para análise do resultado da Política de Investimentos e apresenta a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1. Referência: Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores

Os investimentos realizados consideraram as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das entidades fechadas de previdência privada de acordo com a legislação em vigor (Resolução CMN - nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações subsequentes) e as restrições específicas avaliadas através de uma série de reuniões entre o Conselho Deliberativo e a Diretoria Executiva da JSUPREV

Verificou-se que a Entidade está mantendo a gestão dos recursos em atendimento às diretrizes da Política de Investimentos e aos normativos.

Nos quadros a seguir apresentamos os Demonstrativos de Investimentos dos Planos de benefícios Previdenciais administrados pela entidade e do seu Plano de gestão Administrativa, posicionados em 30 de junho de 2015.

Os recursos garantidores do Plano Previdencial, calculados de acordo com o art. 3º, em 30 de junho de 2015, eram os seguintes:



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Mês de Referência: 06/2015

Entidade: 4515-JUSPREV

Plano de Benefícios: 2007003538-PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS

Data de Geração: 24/08/2015 09:30:04

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	95.515.417,74
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	95.515.417,74
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	35.279,03
Depósitos:	35.279,03
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	95.480.138,71
09.188.149/0001-10	49.228.083,15
16.557.853/0001-69	46.252.055,56



Os recursos garantidores do Plano de Gestão Administrativa (PGA), calculados de acordo com o art. 3º, em 30 de junho de 2015, eram os seguintes:



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Entidade: 4515-JUSPREV

Plano de Gestão Administrativa

Data de Geração: 24/08/2015 09:42:45

Mês de Referência: 06/2015

Consolidação Contábil	Valor em R\$
Total Demonstrativo de Investimentos:	124.042,28
Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):	124.042,28
Diferença:	0,00
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total	12.536,18
Depósitos:	12.536,18
Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total	111.506,10
09.188.149/0001-10	57.490,81
16.557.853/0001-69	54.015,28

Observação:

09.188149/0001-10 = Bradesco Jusprev FIC de FIM

16.557.853/0001-69 = DLM Jusprev FIC de FIM

Alocação dos recursos

Alocação por segmento (Consolidados Plano e PGA)

Segmento de Aplicação	Financeiro	Part. (%)	Política
Renda fixa	85.309	89,20	100
Renda variável	2.071	2,17	35
Investimentos estruturados	7.508	7,85	10
Investimentos no exterior	703	0,74	3
Disponível	48	0,05	-
Total	95.639	100,00	100

Os limites estabelecidos na política de investimentos estão sendo obedecidos.

Limites por segmentos e por veículos de investimentos:

No encerramento do 2º trimestre os investimentos do plano de benefícios da EFPC, apresentavam-se em conformidade em relação aos artigos 35 ao 40 da resolução CMN nº 3.792 e com os limites inferiores e superiores definidos segundo a política de investimentos (ADITUS).

Limites de concentração



No encerramento do 2º trimestre de 2015 a EFPC está em conformidade com os limites de alocação por emissor conforme estabelecidos pelo Art 41 da resolução CMN nº 3.792 (ADITUS).

Limites de concentração por EFPC

No encerramento do 2º trimestre de 2015 a EFPC está em conformidade com os limites de concentração estabelecidos pelo Art 42 da resolução CMN nº 3.792 (ADITUS)

Restrições de concentração por investimento

No 2º trimestre de 2015 a EFPC está em conformidade com os limites de concentração estabelecidos pelo Art 43 da resolução CMN nº 3.792 (ADITUS).

Operações com derivativos

No 2º trimestre de 2015 tanto o plano de benefícios da EFPC quanto os veículos de investimentos estão em conformidade com a resolução CMN nº 3.792 (ADITUS).

Vedações

No encerramento do 2º trimestre de 2015 o plano de benefícios da EFPC apresenta-se em conformidade em relação às vedações da resolução CMN nº 3.792 (ADITUS)

Risco de crédito

No fechamento do 2º trimestre de 2015 o total de ativos de crédito classificados como grau de investimentos representam 44,71% dos recursos totais do plano de benefícios em conformidade com o estabelecido na política de investimentos (ADITUS).

Risco de mercado

B - Var - Renda fixa (CDI)

O mandato Renda Fixa CDI manteve-se enquadrado durante o primeiro e segundo trimestres de 2015 (ADITUS).

mandato Renda Fixa CDI manteve-se enquadrado.

B - Var - Renda variável (CDI)

O mandato Renda Variável Condominial manteve-se enquadrado durante o primeiro e segundo trimestres de 2015 (ADITUS).

B - Var - Multimercados Estruturados

O mandato Multimercados Estruturados manteve-se enquadrado durante o primeiro e segundo trimestres de 2015 (ADITUS).

Var - Investimentos no Exterior

O mandato Investimentos no Exterior manteve-se enquadrado durante o primeiro e segundo trimestres de 2015 (ADITUS).

Comentários: O Conselho analisou a forma como a Política de Investimentos vem sendo conduzida, concordando com o andamento da mesma. Todos os investimentos estão lastreados em cotas de fundo de investimentos exclusivos, registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A composição dos fundos está disponível para averiguação no site eletrônico da CVM. Não identificamos desenquadramentos à Resolução CMN 3.792/09, estando devidamente enquadrada na legislação.

1.1.2 - Rentabilidade

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte, que a rentabilidade dos recursos do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS, auferida no primeiro semestre de 2015 foi de 6,07%, comparados com a meta de 9,44% (INPC+5%) estão em desacordo



com os objetivos do plano e com as metas estabelecidas na Política de Investimentos em consonância com a Resolução CMN 3.792/09.

Comentários: A rentabilidade nominal líquida obtida no primeiro semestre de 2015 pelos investimentos do PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS JURIS - PLANJUS foi de **6,07%** no período, contra uma expectativa de rentabilidade nominal líquida de **9,44%** o que, em termos reais, representou obter **3,37%** no período a menos do que a meta do plano.

1.4 - Custos de Gestão

Verificamos com base no relatório e na documentação suporte do Primeiro Semestre de 2015, que os custos com gestão de recursos ficaram dentro de parâmetros médios praticados pelo mercado financeiro. O valor da taxa de administração cobrada pelos gestores dos investimentos é deduzido da rentabilidade líquida da cota do Fundo de Investimento.

Fundo/veículo de investimentos	Taxa de Administração	Taxa de Performance
BRADESCO FICFI JUSPREV	0,03%	-
DLM JUSPREV FI COTAS DE FI MULT	0,01%	10% > INPC+6%

1.5 - Protocolo da Política de Investimentos no SICADI

Verificamos que a Política de Investimentos para 2015 aprovada pelo Conselho Deliberativo em 15 de dezembro de 2014 foi protocolada no SICADI - Sistema Integrado de Captação de Dados da Previdência Complementar em 14 de janeiro de 2014 sob o nº 045150009899-90.

1.6 - Demonstrativo de Investimentos

Verificamos que a administração da JUSPREV encaminhou à Superintendência Nacional de Previdência Complementar, o Demonstrativo de Investimentos - DI, através do Sistema SICADI disponibilizado na internet.

1.7 - Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução política de Investimentos e em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, a rentabilidade alcançada pelo JUSPREV ficou aquém do esperado para o plano, o controle de risco aponta o descolamento da rentabilidade em relação às metas. Manifestamos ainda que a entidade está aplicando os recursos dos planos **com** aderência a RES/CMN nº 3.792, de 24/09/2009, em **conformidade** com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo.

2 - ADERÊNCIA ÀS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em atendimento ao Inciso I, do artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a documentação disponibilizada pela entidade, referente ao Primeiro Semestre de 2015, para verificação das premissas e hipóteses atuariais do plano de benefícios e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

2.1 - Premissas e Hipóteses

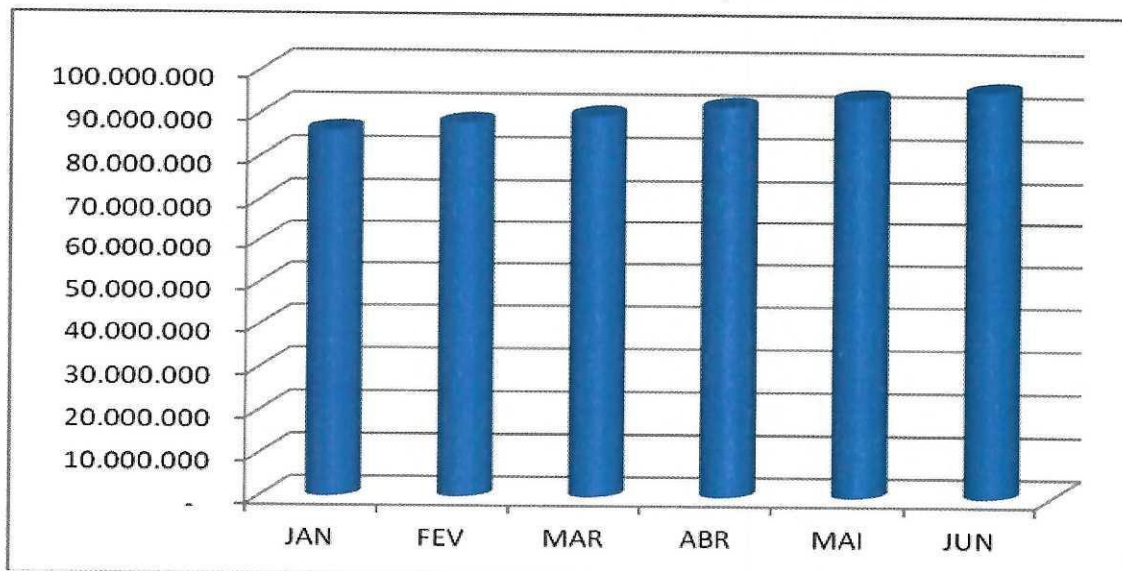
- Hipóteses indicadas para a Avaliação Atuarial - 2014 a vigorar em 2015:
 - Tábua de Mortalidade Geral: AT - 2000 - F;
 - Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-2000 - F; e
 - Taxa de Juros: 5,00%, observados estudos prospectivos adicionais.

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris -**PLANJUS** de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade dos mesmos. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2014.

2.2. Evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano

JAN	85.924.964
FEV	87.862.730
MAR	89.547.176
ABR	91.608.956
MAI	93.627.456
JUN	95.462.888
JAN	85.924.964

Graficamente representamos a evolução conforme o quadro abaixo:



2.3 - DRAA e Notas Técnicas Atuariais

Verificamos com base no DRAA e nas Notas Técnicas Atuariais, elaboradas pelo atuário responsável pelo Plano de Benefícios, que as premissas, hipótese e tábuas biométricas adotadas estão aderentes aos compromissos do Plano.



2.4 - Cobertura Patrimonial e Resultado do Plano.

Verificamos com base nos Balancetes do Plano de 30 de junho de 2015, que o patrimônio apurado, conforme abaixo, é suficiente para cobertura das obrigações e compromissos do PLANJUS.

DESCRIÇÃO	PLANJUS
ATIVO TOTAL	95.750.556,68
(-) Exigível Operacional	-151.580,68
(-) Fundos Administrativos	-136.087,64
(=)PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	95.462.888,36
(-) Provisões Matemáticas	-95.462.888,36
(=) Resultado do Plano	0,00

2.5 - Resultado Previdencial

Verificamos com base nos Balancetes do Plano de 30 de junho de 2015, que o fluxo de recursos apurado, conforme abaixo, é suficiente para a constituição das obrigações do PLANJUS.

Resultado Previdencial do Plano em 30 de junho de 2015

DESCRIÇÃO	PLANJUS
(+) RECEITAS	12.162.669,65
Adições (Contribuições)	7.005.439,91
Fluxo Positivo dos Investimentos	5.157.229,74
(-) DESPESAS	-12.162.669,65
Deduções (Recursos Utilizados)	-1.060.804,36
Cobertura/reversão de despesas administrativas	-117.928,44
Constituições de Provisões Atuariais	-10.983.936,85
(=) RESULTADO (RECEITAS - DESPESAS)	0,00

2.6. HIPÓTESES BIOMÉTRICAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses biométricas adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - **PLANJUS** de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2014.

2.7. HIPÓTESES DEMOGRÁFICAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses demográficas adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - **PLANJUS**, de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2014.

2.8. HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS

A Entidade apresentou **Relatório de Aderência das Hipóteses Atuariais** emitido pela Data A Consultoria Atuarial que desenvolveu a análise das hipóteses econômicas e financeiras adotadas pelo Plano de Benefício Previdenciário Juris - **PLANJUS**, de forma a indicar quais as premissas mais apropriadas à realidade do mesmo. Tais indicações constam em anexo do Relatório de Aderência das Hipóteses emitido com base nos dados de 2014.

2.9. Manifestação

Com base nos DRAAs, no Relatório de Aderência das Hipóteses e nas Notas Técnicas Atuariais, elaborados pelo atuário responsável, em atendimento ao artigo 19, da Resolução



MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, manifestamos que as premissas, hipótese e tábuas biométricas adotadas estão aderentes aos compromissos do plano.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento ao § 1º do artigo 16 e ao Inciso I, do artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal analisou a execução do Planejamento Orçamentário referente ao Primeiro Semestre de 2015, e apresentamos as seguintes considerações sobre os pontos verificados:

3.1. CONTROLE DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Elaboramos o mapa para acompanhamento da evolução patrimonial da JUSPREV, demonstrado no quadro abaixo:

CONTROLE DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
Patrimônio Anterior	84.612.405	86.061.526	88.007.287	89.680.311	91.725.559	93.757.082
RECEITAS	1.678.580	2.146.047	2.209.212	2.342.288	2.226.210	2.217.478
Contribuições para Aposentadoria	987.706	1.046.216	1.053.390	1.041.436	1.040.804	1.055.488
Contribuição Educacional	31.860	38.717	37.590	38.310	33.783	36.102
Eventuais/Aporte	20.454	8.119	32.581	39.584	43.704	68.076
Portabilidades Recebidas	4.862	0	18.040	204.925	0	0
Custeio Admin. e juros s/ atraso	27.836	17.368	17.947	18.164	18.052	18.561
Contribuição Associativa	24.975	32.891	28.429	28.645	25.679	29.549
Pro-labore s/fatura Mongeral	52.255	56.661	56.322	55.943	54.967	55.484
Pro-labore s/fatura Mapfre Seguros	172	175	175	248	218	212
Remuneração das Cotas Cooperativas				5.765		
Variação positiva de investimentos	528.461	945.899	964.739	909.268	1.009.003	954.008
DESPESAS	-229.459	-200.286	-536.188	-297.040	-194.688	-375.583
Pagamento de Aposentadorias	-586	-552	-520	-819	-619	-619
Pagamentos de Pensões	-6.180	-6.178	-6.180	-6.181	-6.182	-6.184
Renda Educacional	-1.268	-1.268	-6.935	-1.268	-1.268	-1.268
Resgates de Contribuições	-81.389	-49.953	-345.062	-142.448	-64.124	-164.774
Portabilidades Enviadas	-12.315	-16.954	-40.158	0	-9.363	-77.458
Dedução do Fundo Acumulado	0	0	-345	-663	-663	-1.059
Despesas de Pessoal e Encargos	-85.714	-80.651	-77.599	-76.418	-61.320	-77.651
Despesas com Treinamentos	-2.060	-305	-305	-777	-2.265	-800
Viagens e Estádias	-2.053	-249	-8.283	-14.507	-10.546	-4.609
Serviços Prestados por Terceiros	-12.722	-15.164	-23.894	-11.059	-12.463	-11.960
Despesas Gerais	-13.575	-15.737	-14.932	-27.048	-17.238	-16.935
Tributos	-6.490	-6.608	-6.245	-6.411	-6.242	-6.483
Depreciação do Ativo Permanente	-2.115	-6.424	-2.017	-2.017	-2.071	-2.071
Consultoria de Investimentos	-2.993	-242	-3.712	-7.424	-324	-3.712
Patrimônio Final	86.061.526	88.007.287	89.680.311	91.725.559	93.757.082	95.598.976

3.2. ACOMPANHAMENTO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Descrição	orçado	realizado	variação	%
(+) Contr. Previdencial Participantes	7.284.300	6.887.511	-396.789	-5,45%
(-) Deduções	1.192.740	1.060.804	-131.936	-11,06%
Benefícios	149.460	54.076	-95.384	-63,82%
Resgates/portabilidades	1.043.280	1.006.728	-36.552	-3,50%
(+) Receita Administrativa	672.000	620.926	-51.074	-7,60%
Participantes	216.000	117.928	-98.072	-45,40%
Pro-labore/Instituidores	456.000	502.997	46.997	10,31%
(-) Saída Administrativa	783.806	772.440	-11.367	-1,45%
Previdencial	765.806	754.032	-11.774	-1,54%
Pessoal e Encargos	486.474	459.354	-27.120	-5,57%
Treinamento/Congr/Seminários	15.000	6.511	-8.489	-56,59%
Viagens	21.000	40.247	19.247	91,65%
Serviços de Terceiros	76.200	87.262	11.062	14,52%
Consultoria Atuarial	12.000	10.700	-1.300	-10,84%
Consultoria Contábil	13.200	12.155	-1.045	-7,91%
Informática	30.000	38.220	8.220	27,40%
Auditoria	9.000	7.800	-1.200	-13,33%
Tarifas	12.000	18.387	6.387	53,22%
Despesas Gerais	113.100	105.465	-7.635	-6,75%
Aluguel	18.000	18.798	798	4,43%
Associações de Classe	3.900	4.349	449	11,51%

Correios	3.000	4.096	1.096	36,54%
Energia Elétrica	3.000	2.927	-73	-2,43%
Internet	3.000	7.709	4.709	156,95%
Pagamentos de terceiros	30.000	27.816	-2.184	-7,28%
Despesas de manutenção	36.000	25.674	-10.326	-28,68%
Telefonia	11.400	11.107	-293	-2,57%
Marcas e Patentes	4.800	2.990	-1.810	-37,71%
Depreciação e Amortização	12.600	16.716	4.116	32,66%
Tributos	41.432	38.478	-2.954	-7,13%
Investimentos	18.000	18.407	407	2,26%
Consultoria de Investimentos	18.000	18.407	407	2,26%
(+) Rendimentos de investimentos	4.264.620	5.311.378	1.046.758	24,55%
Custeio Administrativo	152.240	146.332	-5.908	-3,88%
Resultado Previdencial	4.109.444	5.157.230	1.047.786	25,50%
Resultado PGA	2.936	7.816	4.880	166,25%

As receitas de contribuições projetadas foram realizadas abaixo das suas projeções no valor de R\$ 397 mil, representando uma variação de -5,45%.

As receitas e subvenções administrativas estimadas foram realizadas abaixo das suas estimativas no valor de R\$ 51 mil, gerando uma variação de -7,60%, mais em função do custeio dos Participantes e dos instituidores.

Resultado dos Investimentos obtido foi de R\$ 1.047 mil a maior que o orçado, representando uma variação de 24,55%.

As despesas previdenciárias para pagamento de benefícios realizadas ficaram R\$ 95 mil a menor, ou -63,82%, e contemplam benefícios de Renda Educacional e Pensões. Os benefícios foram projetados linearmente com base no realizado em 2014 e podem ocorrer ainda no segundo semestre.

Os institutos de resgate e portabilidade foram realizados a menor em R\$ 37 mil que os valores orçados, equivalentes a -3,50%, fruto da retenção de participantes.

As Despesas administrativas estimadas foram realizadas abaixo da previsão orçamentária no valor de R\$ 11 mil, equivalente a -1,45%.

A abertura das despesas administrativas indica que houve um gasto a maior com treinamentos (56,59%), despesas com consultorias em informática (27,40%) viagens (91,65%) e serviços de terceiros (14,52%). Destaca-se também uma economia nas contas de Pessoal e Encargos com (-5,57%), Treinamentos (-56,59%), Consultoria Atuarial (-10,84%), auditoria (-13,33%) e despesas gerais (-6,75%).

Verificamos no período em análise que a execução orçamentária apresentou desvios entre realizado e orçado que ficaram dentro dos limites de desvio aceitável.

3.3. Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos da execução orçamentária, em atendimento ao artigo 19, da Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, manifestamos que o orçamento foi executado **dentro** dos parâmetros estabelecidos no Planejamento Orçamentário, necessitando de ajustes nas projeções, em função dos desvios entre realizado e orçado que fiquem acima da média de desvio aceitável.



3. CONTROLES INTERNOS

Em entendimento aos artigos 19, 20 e 23, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01 de outubro de 2004, este Conselho Fiscal, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, referente ao 1º semestre de 2015, para verificação da aderência e eficiência dos controles internos e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

4.1. Segregação de atividade de funções.

Verificamos com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 01/10/2004.

4.2. Calendário de Obrigações.

Verificamos com base nos controles internos que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto PREVIC, Receita Federal, Participantes, Instituidores e Conselheiros, mantendo registro em “Relatório Circunstanciado Mensal”.

4.3. Implementação da Política de Controles Internos.

Verificamos que a entidade está implementando as adequações dos controles internos, consoante ao § 2º, do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC nº13, de 01/10/2004.

4.4. Auditor Independente

Verificamos que o Auditor externo, Vox Auditores Independentes S/S, em seu parecer de 10 de março de 2015, assinado pelo Sr. Jaimir Biff fez menção à avaliação dos controles internos.

4.5. Controles Internos.

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- a) Controle de Cadastro.
- b) Controle das Contribuições.
- c) Controle dos Benefícios Concedidos.
- d) Controle das Contas dos Participantes.
- e) Controle da Portabilidade.
- f) Controle da Contabilidade por Plano.
- g) Controle das Premissas e Hipóteses Atuariais.
- h) Controle dos Custos Tributários.
- i) Controle da Execução Orçamentária.
- j) Controle da Execução da Política de Investimentos.
- k) Controle da Agenda de Obrigações Junto à PREVIC, Receita Federal e Divulgações.

4.6. Recomendações do Conselho Fiscal

Considerando-se o estágio atual do JUSPREV, sua estrutura e as providências já adotadas, recomendamos um efetivo controle da execução orçamentária, necessitando de ajustes em algumas projeções, em função dos desvios entre realizado e orçado que fiquem acima da média de desvio aceitável.

4.7 Manifestação

Com base nas verificações e análises dos controles internos, manifestamos que os controles internos da entidade são adequados ao seu porte, ao plano de benefícios por ela administrado e ao



modelo de governança proposto pela Resolução MPS/CGPC nº. 13, de 01/10/2004, necessitado de aprimoramentos constantes no decorrer de suas atividades.

Curitiba, PR, 31 de agosto de 2015.



VERA GRACE PARANGUÁ CUNHA
Presidente do Conselho Fiscal



OTONIO RIBEIRO FURTADO
Conselheiro Efetivo

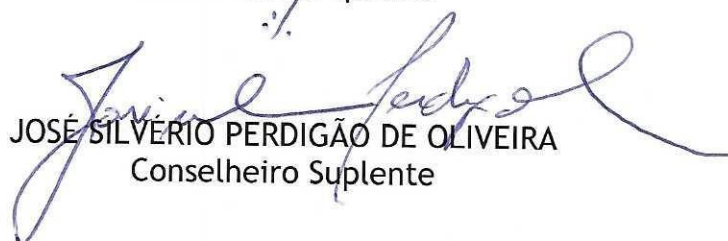
WILSON JOSÉ GALHEIRA
Conselheiro Efetivo



ALCINO OLIVEIRA DE MORAES
Conselheiro Suplente



VIRGILIO PANAGIOTIS STAVRIDIS
Conselheiro Suplente



JOSÉ SILVÉRIO PERDIGÃO DE OLIVEIRA
Conselheiro Suplente